

MARCELA BANDEIRA DE MELLO ALMEIDA

**LEITURA E FORMAÇÃO DO EDUCADOR DE LÍNGUA PORTUGUESA:
UMA ANÁLISE DIALÓGICA**

JOÃO PESSOA

2014

“Há de tomar o pregador uma só matéria, há de defini-la para que se conheça, há de dividi-la para que se distinga, há de prová-la com a Escritura, há de declará-la com a razão, há de confirmá-la com o exemplo, há de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se hão de seguir, com os inconvenientes que se devam evitar, há de responder às dúvidas e há de satisfazer as dificuldades, há de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários, e depois disso há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar...”

Pe ANTÔNIO VIEIRA. SERMÕES. PORTO L'ELLO & IRMÃO, 1959

1 INTRODUÇÃO

Leitura pressupõe compreensão, absorção de conteúdos, mas existem formas diversas de compreender e absorver um texto escrito, uma cena de um filme, uma fotografia, ou uma mensagem oral.

A palavra pode mudar o mundo, mesmo num século tecnológico que oferece satélites e computadores, pois a tecnologia é uma faca de dois gumes, e preciso compreensão e sabedoria para manipular as criações científicas que ela produz, e a maior fonte de aquisição de conhecimento e sabedoria é a palavra, que também é a nossa mais poderosa arma de dominação cultural.

O conceito de leitura já foi sinônimo do de decifração, porque previa como leitor um indivíduo que ao juntar algumas letras as transformava em palavras e as decifrava. Depois de anos de estudos linguísticos, percebeu-se que a consciência leitora é desenvolvida naturalmente e gradativamente a medida em que o indivíduo vai adquirindo experiência com leitura em seu sentido mais amplo, contextualizada.

Quando antes do contato com as letras se tem contato produtivo com pessoas, animais, objetos, paisagens (rurais ou urbanas), que estão presentes em sua rotina diária, o processo educativo intencional e sistemático pelo qual o indivíduo passará na escola será melhor desempenhado.

Não é uma tarefa fácil ensinar a ler e, conseqüentemente a pensar com objetividade e eficácia, e a escrever sem a obsessão do purismo gramatical mas com a clareza e a coerência indispensáveis a fazer da linguagem oral ou escrita um veículo de comunicação e não de desordenação de ideias, para isso é necessário que o profissional que irá direcionar as ações de leitura na sala de aula tenha uma formação que busque desenvolver nos alunos a relação entre leitura, cidadania e cultura.

A presente pesquisa tem o objetivo de relacionar práticas de leitura em sala de aula à formação docente, para tanto, o estudo buscando o aprofundamento das questões propostas foi feito por meio de revisão bibliográfica e documental.

A LEITURA NA SALA DE AULA

O processo de alfabetização nas escolas tem sido alvo de frequentes mudanças metodológicas. A mecanização na aprendizagem, quando ler se resumia simplesmente na decodificação de palavras (símbolos), está dando lugar a uma pedagogia voltada para o ensino interpretativo e reflexivo de leitura para uma utilização da linguagem adequada às exigências das circunstâncias vivenciadas pelo aluno.

Para que tais mudanças ocorram de fato, são necessárias algumas considerações iniciais, como levar em conta o conhecimento prévio do aluno para delimitar os conteúdos que serão aplicados, aprofundando cada tema de acordo com sua complexidade, mas para o sucesso do processo de leitura é necessário antes de mais nada um profissional qualificado.

A atuação profissional de um indivíduo vai depender de princípios, valores, normas de conduta, muitas vezes valores intrínsecos, mas depende essencialmente de sua formação acadêmica.

As propostas de ação do educador qualificado são reflexo de um conjunto de saberes necessários que foram discutidos e trabalhados no momento da formação - uma vez que espera-se que um profissional chegue ao local de trabalho “pronto” para atuar profissionalmente embora a aprendizagem seja um processo contínuo – e que serão colocados em prática.

Sobre a formação docente Saviani (2009) traça um perfil histórico dos acontecimentos e cita dois modelos de formação docente:

[...] a) modelo dos conteúdos culturais-cognitivos: para este modelo, a formação do professor se esgota na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina que irá lecionar. b) modelo pedagógico-didático: contrapondo-se ao anterior, este modelo considera que a formação do professor propriamente dita só se completa com o efetivo preparo pedagógico-didático. (Saviani, 2009)

A pouca qualificação faz com que o indivíduo fuja da sequência que se espera de um profissional: vocação/ necessidade, formação/constituição e atuação/prática docente. A sequência então passa a ser: vocação/ necessidade atuação/prática docente e aprendizagem assistemática com a prática.

A escola ao acolher, por razões diversas o educador com pouca qualificação corre o risco de não ter um bom resultado inclusive no que concerne a inclusão escolar embora a responsabilidade não lhe caiba, mas o ônus será da instituição que recebeu esse profissional.

Para os PCN's (1997)

“ Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais – que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, á transmissão e busca de informação ao exercício da reflexão.”

Os temas transversais auxiliam o ensino da linguagem como veículo para aquisição de valores que fazem parte da formação do indivíduo.

A prática educativa que visa a aplicação de conteúdos que tenham relevância na visão do aluno requer além de atitudes inovadoras, condições favoráveis no âmbito escolar como acesso a livros, que se pode ter em bibliotecas nas próprias escolas, se preocupando sempre com a abordagem de títulos que tenham estreita relação com o cotidiano do aluno, tais atitudes podem partir do professor quando ele participa da aula de leitura lendo junto com os alunos servindo de modelo para eles.

Outras sugestões para o ensino da língua são para que os professores deem mais importância aos rascunhos, pois quando o aluno revisa um texto de elaboração própria e o reconstrói, está realizando uma prática educacional bastante relevante para o seu crescimento ao mesmo tempo em que melhora a qualidade do que produziu, regularizem ações de incentivo á leitura para que façam parte da rotina escolar, pedir para que o aluno, sempre que fizer parte do contexto, leia em voz alta, faça desenhos que representem o que leram.

Tais ações vão trazer benefícios para a disciplina e para a formação de novos leitores capazes de produzir textos coesos, coerentes e objetivos. Para o sucesso dessas ações é preciso desmistificar algumas questões como a de que só existe uma maneira correta de falar que é como se escreve, sem respeitar as exigências circunstanciais da ocasião e a regionalidade, por exemplo quando se reforçam ações preconceituosas contra quem se expressa diferente.

A alfabetização do indivíduo pode se dar nas mais diferentes situações cotidianas intra e extra escolares – o aluno já aprende a falar, no sentido restrito da comunicação, muito antes da idade escolar – quando se está exposto a situações que exigem algum tipo de expressão oral ele já está desenvolvendo a linguagem oral e, conseqüentemente, a escrita. Essas situações podem ser estimuladas na escola com a dramatização de textos teatrais, apresentação de trabalhos e leitura oral entre outras atividades pedagógicas.

Leitura em seu sentido mais amplo envolve compreensão, para isso é preciso fazer uso de todos os sentidos do educando e como ler implica metade do caminho para escrever, apesar de se saber que não obrigatoriamente um bom leitor será um bom escritor, esse caminho já está aberto e percorrido até a metade.

A prática da produção de textos para alunos pode se dar muito antes de o aluno saber ler, e essa prática deve ser estimulada se pedindo para o aluno ditar um texto para o professor grafar, começar uma história para que o aluno elabore um final ou vice-versa, elaborar projetos direcionados a leitura são de grande valor pedagógico nesse processo, pois os projetos têm por característica um objetivo comum entre todos os envolvidos nele.

Para se fazer uso da linguagem é preciso se fazer uma reflexão analítica acerca de suas atribuições, funções e interpretações possíveis, para ir se construindo uma nova visão de mundo ou renovar a visão que já se tem, e, ainda estender as aplicações da linguagem. Na perspectiva dos PCN's (1997) “ a língua é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade.”

Quando o aluno chega na escola sem ser alfabetizado o professor tem como recurso fazer uso de seu conhecimento prévio, usar todas as ferramentas de aprendizagem disponíveis para extrair conhecimento lingüístico, do aluno, fazendo uso de canções, histórias, informativos com logotipos conhecidos por ele para que o aluno comece a fazer deduções por meio da análise e reflexão lingüística.

O ensino da ortografia e da pontuação, apesar de muito próximo da automatização das regras, pode se tornar, com a adesão de novas propostas, mais construtivo e dinâmico, pois sabe-se que a ortografia e pontuação são conteúdos fundamentais da textualidade e isso o aluno pode perceber por meio da observação, quando vê os novos sentidos que esses recursos lingüísticos podem dar a um texto.

É importante ressaltar a relevância dos aspectos gramaticais na produção de um texto coerente e coeso. Utilizando a prática de análise e reflexão lingüística sabendo que as regras de ortografia, gramática e pontuação, estão sempre a favor da coesão e coerência. “É no interior da situação de produção de texto enquanto o escritor monitora a própria escrita para assegurar sua adequação, coerência, coesão e correção, que ganham utilidade os aspectos gramaticais.” (PCN's, 1997)

Aproveitar os benefícios dos recursos didáticos aos quais se têm acesso é de grande valor pedagógico no processo de aprendizagem da língua portuguesa, a

utilização de recursos audiovisuais como gravador, vídeo e computador, se voltando sempre para uma boa seleção dos materiais que serão trabalhados nas aulas.

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997:

“a alfabetização não é um processo baseado em perceber e memorizar, e que para aprender a ler e a escrever, o aluno precisa construir um conhecimento de natureza conceitual: ele precisa compreender não só o que a escrita representa mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem.”

O processo de avaliação deve estar de acordo com os objetivos propostos e com os conteúdos aplicados, respeitando-se sempre as características individuais do educando, pois a aprendizagem não ocorre de maneira uniforme em uma sala de aula heterogênea que pode ter alunos de diferentes classes sociais, níveis cognoscitivos, especialmente no processo de alfabetização que em algumas fases pode ser subjetivo, com diferentes interpretações e conseqüentemente com diferentes resultados.

Os PCN's (1997) defendem que “a leitura nos fornece a matéria-prima para a escrita: o que escrever”. Para que a leitura seja um processo bem sucedido é necessário que o educador coloque os alunos em contato com gêneros textuais diversos.

A escolha de um gênero textual sofre influência da situação comunicativa por que a necessidade circunstancial é que vai determinar a escolha do gênero, ou seja, se o autor pretende redigir um pequeno texto direcionado a um público específico ele deve buscar um gênero apropriado para o seu leitor.

Essa escolha sofre influência de fatores como, os sujeitos envolvidos, os objetivos pré-estabelecidos pelos interlocutores e o contexto social.

A relação entre a qualificação docente e o sucesso educacional é direta e a deficiência causada pela desqualificação pode ser evidenciada no momento da seleção de conteúdos, organização, sistematização didática dos conteúdos e exposição em que o professor “demonstra” seus conhecimentos, deve tentar promover uma aprendizagem significativa baseada, essencialmente, na busca pela realização pessoal.

Paulo Freire (1996) definiu algumas características de um bom professor,: “o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma *cantiga de ninar*. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas”.

A discussão sobre a aplicação de novas metodologias, com a utilização de novas tecnologias inclusive, depende essencialmente da qualificação docente.

Para um exercício pleno da cidadania, é necessário um acesso ao conhecimento de uma maneira abrangente, ou seja, o domínio da linguagem falada e escrita, das reflexões científicas acerca de espaço e tempo, do contexto no qual se está ou não inserido, das proposições matemáticas e todos os recursos culturais relevantes para uma intervenção participativa na sociedade.

Nesse sentido, só uma prática educacional intra e extra-escolar voltada para esses objetivos pode dar condições para a formação de pessoas capazes de interagir e transformar o meio em que vivem.

Dentro desse contexto a linguagem escrita e falada entra como aliada do indivíduo, pois é por meio dela que ele pode se comunicar adequadamente, adquirir conhecimento e compreender as evoluções sociais que ocorrem em seu cotidiano.

O fracasso escolar, na maioria das vezes tem alguma ligação com o período em que o aluno foi alfabetizado. Na concepção tradicional, esse fracasso ocorria exclusivamente por erro dos alunos, depois de estudos e levantamentos direcionados a essa área educativa, percebeu-se que o professor e outros componentes escolares têm, também, responsabilidade pelo sucesso ou não de seus alunos no âmbito escolar, quando se tem a percepção de que a aprendizagem é uma ação conjunta e requer dedicação de todos que estão envolvidos nesse processo.

Uma nova visão do ensino da língua portuguesa no contexto atual se desvincula da tradicional, que apresentava a memorização como principal instrumento da aprendizagem. É uma visão que enfatiza o poder da linguagem para a reflexão e transformação dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como nas demais áreas profissionais, o século XXI trouxe para a educação a exigência de mudanças de postura e renovação de conceitos comportamentais, mas como formar profissionais capazes de se inserir em um mercado de trabalho a cada dia mais competitivo e tecnologicamente e cada vez mais cientificamente evolutivo ?

As transformações educacionais, necessárias ao tempo atual têm início na sala de aula e a volta do professor para esse espaço será uma parte fundamental desta renovação estrutural e comportamental.

Sendo assim, o educador (a) de língua portuguesa, em todas as modalidades e níveis educacionais, deve atuar pautado nas três concepções de linguagem que perpassam as situações didático-pedagógicas e sociais em sala de aula.

É possível estabelecer a partir de Porto (2009, p. 13) três concepções de linguagem que conduzem as relações de ensino no ambiente escolar: a primeira é a de linguagem como expressão do pensamento, a segunda é a de linguagem como instrumento de comunicação e a última é a de linguagem como forma de interação.

O educador deve buscar nessas concepções, referenciar a sua prática aos objetivos estabelecidos nos documentos oficiais vigentes que apontam para a necessidade de adequação de conteúdos e práticas - especificamente para fins deste trabalho em língua portuguesa e alfabetização - a formação para a cidadania através de uma intervenção social reflexiva na condição de cidadão, para a inclusão social através da comunicação e como base para o desenvolvimento de demais habilidades e competências através da leitura e interpretação de informações textuais ou orais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro e interação*. 8 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo; Paz e Terra 1996.

PORTO, Márcia. *Um diálogo entre os gêneros textuais*. Curitiba: Aymará, 2009.

SAVIANI, Dermeval. *Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*. Rev. Bras. Educ. vol.14 no.40 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2009.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília, MEC/SEF, 1997.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, MEC/SEF, 1997.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática: ensino plural*. 4 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.